



Grupos produtivos de agricultoras que processam alimentos em assentamentos da Reforma Agrária: uma revisão sistemática de literatura

Janice Morais Oliveira^{1*}

Fabiana Thomá da Cruz¹

Larissa Araújo Coutinho de Paula²

Resumo: A atuação das mulheres assentadas na reforma agrária vai além do trabalho doméstico, abrangendo a organização produtiva e a busca por autonomia econômica. Este estudo investigou as organizações produtivas de mulheres assentadas da reforma agrária no Brasil dedicadas ao processamento de alimentos para comercialização. A metodologia empregada foi a revisão sistemática de literatura, classificada como metassíntese, baseada na análise de 23 estudos nacionais criteriosamente selecionados, analisados e sintetizados em cinco categorias temáticas interconectadas: relações de gênero, organização social e produtiva, políticas públicas de desenvolvimento rural, economia solidária e agroecologia. Os resultados evidenciam que a atividade coletiva de processamento de alimentos possui significativo potencial de transformação social e econômica para as mulheres assentadas, impulsionada pela organização coletiva, acesso a políticas públicas e práticas agroecológicas e de economia solidária, apesar das persistentes desigualdades de gênero. O estudo conclui que, apesar das dificuldades enfrentadas, os grupos produtivos contribuem para a melhoria das condições de vida nos assentamentos, fortalecendo a segurança alimentar e a permanência das famílias no campo. O acesso ampliado a políticas públicas integradas são fatores essenciais para o avanço dessas iniciativas no contexto da reforma agrária brasileira.

Palavras-chave: Mulheres assentadas; Organização produtiva; Assentamentos rurais; Políticas públicas; Processamento de alimentos.

Productive groups of women farmers who process food in agrarian reform settlements: a systematic literature review

Abstract: The participation of settled women in agrarian reform extends beyond domestic work, encompassing productive organization and the pursuit of economic autonomy. This study investigates productive organizations of settled women in Brazil's agrarian reform settlements that are dedicated to food processing for commercialization. The methodology employed is a systematic literature review, classified as a metasyntesis, based on the analysis of 23 carefully selected national studies, which were categorized into five interconnected thematic areas: gender relations, social and productive organization, public policies for rural development, solidarity economy, and agroecology. The results indicate that collective food processing activities have significant social and economic transformation potential for settled women. These transformations are driven by collective organization, access to public policies, agroecological practices, and solidarity economy initiatives, despite persistent gender inequalities. The study concludes that, despite ongoing challenges, productive groups contribute to improving living conditions in agrarian reform settlements, strengthening food security and supporting families' permanence in rural areas. Expanded access to integrated public policies is crucial to ensuring the sustainability and further development of these initiatives within the Brazilian agrarian reform context.

Keywords: Settled women; Productive organization; Rural settlements; Public policies; Food processing

¹Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC, Brasil.*Autora correspondente: janmorais2001@gmail.com

²Universidade Federal de Goiás-UFG, Brasil.

Introdução

A expressiva participação das mulheres na vida cotidiana dos assentamentos da reforma agrária transcende o trabalho doméstico, frequentemente exaustivo, invisibilizado e marcado pela desigualdade de gênero. O protagonismo feminino no campo abrange a organização social e produtiva, a luta por direitos e a construção de novas formas de existência e de se colocar na sociedade.

Ao considerar a perspectiva feminina, as pesquisas com as mulheres do campo revelam a complexidade da vida nos assentamentos rurais e contribuem para o aperfeiçoamento e/ou a construção de políticas públicas mais justas e inclusivas. Autoras como Aro e Ferrante (2013), Carlini *et al.* (2021), Mesquita (2019) e tantas outras se dedicaram a investigar as experiências e desafios enfrentados pelas mulheres em assentamentos rurais, buscando compreender como elas se organizam, lutam por seus direitos e constroem novas realidades.

Esta abordagem de pesquisa possibilita que as vozes dessas mulheres, frequentemente marginalizadas nos relatos oficiais, sejam ouvidas e amplificadas, evidenciando a complexidade de suas experiências e desafios. Essa perspectiva alinha-se à defesa de Hora (2015), que sugere a necessidade de mais estudos focados nas mulheres do campo, das águas e das florestas. Tais pesquisas, segundo a autora, podem atuar como instrumentos de avaliação e avanço das políticas públicas de gênero, além de proporcionar visibilidade às diversas atividades que elas desempenham, tanto no âmbito privado do cuidado quanto nas esferas produtivas, políticas, coletivas e comunitárias.

As políticas públicas de comercialização de alimentos da agricultura familiar têm desempenhado um papel fundamental na inclusão socioeconômica de mulheres agricultoras. Recentes modificações, como as trazidas pela Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023 (BRASIL, 2023), reforçaram esse impacto ao incluir as mulheres como grupo prioritário no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Além disso, a alteração do artigo 14 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 (BRASIL, 2009), ampliou a prioridade para grupos formais e informais de mulheres agricultoras familiares no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Essa mudança também estabelece que pelo menos 50% da venda da unidade familiar deve ser registrada no nome das mulheres, fortalecendo tanto suas ações individuais quanto coletivas, contribuindo para a redução das desigualdades de gênero e gerando renda no campo.

Estimuladas por políticas como as mencionadas, muitas agricultoras assentadas passaram a organizar-se, tanto individual quanto coletivamente, para produzir alimentos destinados aos mercados institucionais, incentivadas pela possibilidade de planejar melhor sua produção e pela garantia do pagamento. Nesse contexto, surgiram desde grupos informais dedicados à produção de hortaliças e frutas até pequenas agroindústrias coletivas vinculadas a cooperativas familiares, com grande parte da produção destinada

à alimentação escolar, por meio da comercialização dos produtos ao PNAE. Apesar das oscilações orçamentárias observadas nos últimos anos, essas políticas foram fundamentais para a estruturação da cadeia produtiva da agricultura familiar, a permanência das famílias no campo, sua inclusão econômica e social, a promoção da segurança alimentar e nutricional no ambiente escolar (PERIN *et al.*, 2021), a prática da agroecologia como um novo modelo de produção, entre outros benefícios. As organizações produtivas formadas por agricultoras em assentamentos da reforma agrária, voltadas para a comercialização de alimentos saudáveis, estão inseridas em uma rede complexa de fatores interconectados que influenciam suas dinâmicas. Entre esses fatores estão: as políticas públicas de capacitação, assistência técnica, créditos específicos e mercados institucionais; o empoderamento feminino; a economia solidária; a divisão sexual do trabalho; a agroecologia; a organização social; as articulações políticas; os movimentos sociais; a autonomia financeira; as atividades agrícolas e não-agrícolas; a agroindustrialização dos alimentos; o desenvolvimento local; o progresso familiar etc.

Diante dessa complexidade de fatores que influenciam a organização produtiva das mulheres assentadas, torna-se fundamental compreender como esses elementos se inter-relacionam e impactam sua autonomia e permanência no campo. Assim, para orientar a presente investigação, recorreu-se a metodologias que auxiliam na elaboração de uma pergunta de pesquisa consistente e direcionada. Nesse sentido, Galvão e Ricarte (2019) propõem o uso da estratégia PICO, que contempla uma população, problema ou condição (p); uma intervenção (i); uma comparação entre intervenções, se houver mais de uma (c), e um desfecho/outcome (o), como base para construção da questão de pesquisa.

Então, com base nesse modelo, formulou-se a pergunta: “Quais são os principais achados científicos nacionais (desfecho) que pesquisam sobre as dinâmicas, os desafios e as estratégias da atividade coletiva de mulheres assentadas em áreas de reforma agrária (população) que processam alimentos para comercialização (intervenção)?”.

Para responder à questão, este estudo realizou uma revisão sistemática da literatura, caracterizada como metassíntese (SIDDAWAY; WOOD; HEDGES, 2019), com o objetivo de identificar e interpretar os principais fatores que influenciam a organização de grupos femininos envolvidos no processamento de alimentos em assentamentos da reforma agrária do Brasil, bem como seus efeitos na vida e na autonomia das mulheres agricultoras.

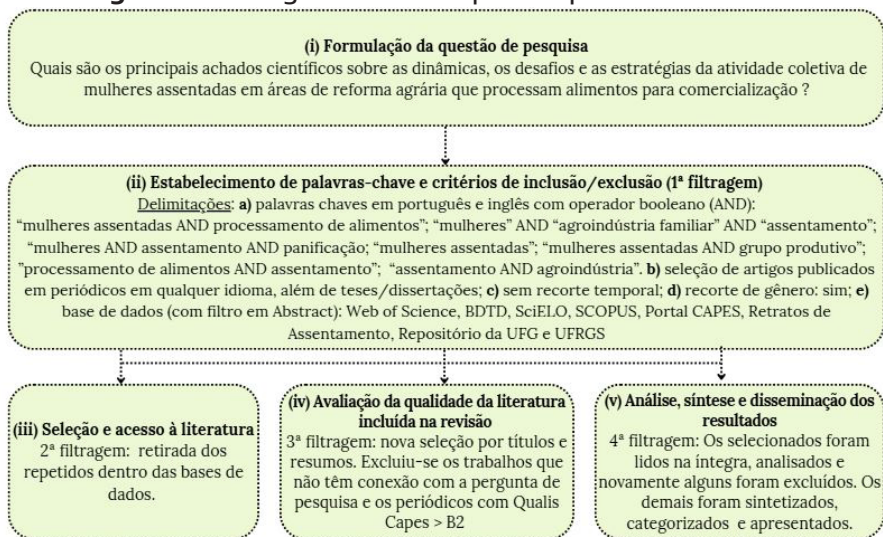
Procedimentos Metodológicos

Este estudo qualitativo e exploratório utiliza a revisão sistemática de literatura como método rigoroso de pesquisa, permitindo a identificação, seleção, avaliação e síntese de estudos sobre a organização produtiva de mulheres assentadas na reforma agrária. O procedimento seguiu critérios claros e transparentes, garantindo a reprodutibilidade da pesquisa (GALVÃO; RICARTE, 2019). Esse tipo de revisão oferece uma visão ampla da literatura, reduzindo subjetividades e tendências. Além disso, possui seus próprios objetivos, metodologia e conclusões, podendo contribuir para a construção de políticas públicas e aprimoramento de técnicas em diversas áreas (GALVÃO; RICARTE, 2019).

Okoli (2019) define a revisão sistemática autônoma como um processo metodológico explícito, abrangente e reprodutível. Siddaway, Wood e Hedges (2019) classificam as revisões sistemáticas em quantitativas (meta-análises) e qualitativas (revisões narrativas e metassínteses). A metassíntese, adotada neste estudo, avalia e interpreta múltiplos estudos qualitativos, destacando padrões e relações que aprofundam a compreensão do fenômeno investigado. Seu objetivo principal é transformar as descobertas individuais de pesquisas em novas interpretações e teorias, identificando insights e conceitos-chave que permitam conexões e explicações mais abrangentes sobre o tema em questão e que não seriam encontradas a partir de estudos individuais (CRONIN; RYAN; COUGHLAN, 2008; SIDDAWAY; WOOD; HEDGES, 2019).

Faria e Camargo (2022) ressaltam que a metassíntese permite integrar descobertas de diferentes estudos, criando novas interpretações e auxiliando na tomada de decisões. Seguindo essa perspectiva, esta pesquisa analisa estudos qualitativos cujos procedimentos metodológicos envolveram entrevistas, questionários, observação de campo e história oral, cartografias alternativas, grupos focais e cujas análises dos resultados são essencialmente descritivas, documentais e/ou interpretativas. A síntese e a análise crítica do conjunto desses estudos pode corroborar para o avanço na compreensão integrada e mais profunda do tema escolhido.

Seguindo o protocolo de Cronin, Ryan e Coughlan (2008), a revisão foi conduzida em cinco etapas, conforme demonstrado na Figura 1: (i) formulação da questão de pesquisa; (ii) definição de critérios de inclusão e exclusão; (iii) seleção e acesso à literatura; (iv) avaliação da qualidade dos estudos; e (v) análise e síntese dos resultados. As buscas foram realizadas em oito bases de dados: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Web of Science, Scopus, SciELO, Repositório Institucional da UFG, Catálogo Integrado da UFRGS e a Revista Retratos de Assentamentos.

Figura 1 - Fluxograma das etapas do protocolo de RSL.

Fonte: Adaptado de Cronin, Ryan e Coughlan (2008).

A primeira filtragem (etapa ii) considerou: artigos publicados em periódicos científicos, teses e dissertações, excluindo livros, anais e TCCs; uso do operadores booleano "AND" nas palavras-chave selecionadas e a base de dados com filtro em "Abstract". Não houve recorte temporal¹ e foi adotado um filtro para garantir a inclusão de estudos com recorte de gênero, onde a mulher é a protagonista da atividade pesquisada. Após a remoção de estudos repetidos (etapa iii) e nova filtragem por meio da análise dos títulos e dos resumos (etapa iv), a análise final considerou 23 estudos, categorizados em cinco eixos temáticos para integrar e interpretar os achados (FARIA; CAMARGO, 2022).

Dada a singularidade da política de reforma agrária brasileira, a revisão focou exclusivamente em estudos nacionais. O Brasil apresenta um modelo dinâmico de assentamentos, marcado por particularidades históricas, sociais e fundiárias (FARIAS, 2008), que dificultam comparações diretas com experiências internacionais. Assim, as palavras-chave foram pesquisadas também em inglês, mas apenas para verificar a presença de estudos brasileiros em periódicos internacionais.

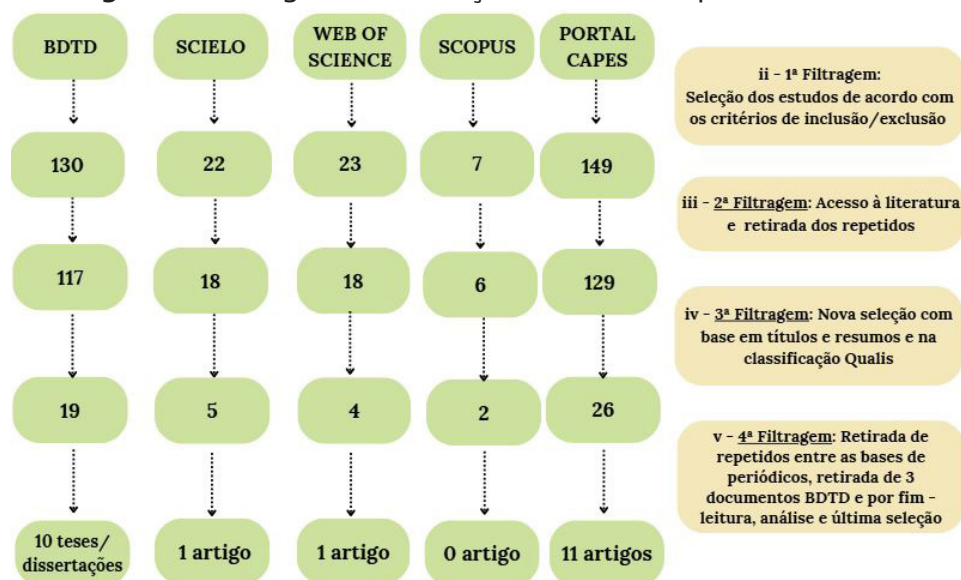
Essa metodologia estruturada permitiu uma visão ampla do fenômeno investigado, alinhando-se aos objetivos da pesquisa e fornecendo subsídios para compreender e fortalecer a organização produtiva das mulheres assentadas no Brasil.

Resultados e Discussão

Dos 331 documentos identificados em sete bases de dados diferentes e um periódico específico, 23 estudos atenderam aos critérios de elegibilidade e compõem o escopo da presente revisão.

A Figura 2 mostra a seleção de trabalhos dentro de cada base de dados. Optou-se por realizar a busca na BDTD, pois verificou-se antecipadamente que várias pesquisas conectadas com o presente tema não tinham sido publicadas em periódicos. O repositório de teses e dissertações da UFG também foi uma base consultada, mas a BDTD já continha os mesmos trabalhos.

Figura 2 - Fluxograma da seleção de trabalhos por base de dados.



Fonte: Elaboração própria (2024).

Considerando a diversidade de pesquisas realizadas na perspectiva das agroindústrias rurais familiares, muito presentes na região sul do país, o Catálogo Integrado das Bibliotecas da UFRGS (Sabi+) foi outra base consultada, mas não resultou em novos trabalhos. De maneira similar, a Revista Retratos de Assentamentos foi o único periódico explorado de modo separado das demais bases, porque é uma revista especializada em divulgar experiências ocorridas em assentamentos rurais e em comunidades tradicionais, contribuindo para ampliar o debate complexo sobre a questão agrária no Brasil e no mundo. Todavia, os artigos selecionados na revista até a etapa (iv) também apareceram no Portal da Capes, e por isso, não houve a necessidade de incluí-la no fluxograma.

Dos 23 estudos selecionados, 13 (treze) são artigos científicos, 07 (sete) são dissertações de mestrado e 03 (três) são teses de doutorado. Os mesmos estão apresentados no Quadro 1, o qual indica: a base de dados, o título, os (as) autores (as); onde se encontram publicados os estudos; o estado onde a pesquisa foi conduzida, os grupos produtivos estudados, os principais alimentos processados e os objetivos principais.

De forma geral, observa-se que as organizações femininas de assentamentos rurais vêm se consolidando ao longo dos anos em todo o país, ampliando sua atuação para além do espaço doméstico, e conquistando renda, espaços de fala e coletivos produtivos baseados na diversificação alimentar e em práticas agroecológicas. Esse processo de busca por autonomia financeira e pessoal despertam outras demandas ligadas ao gênero, impulsionando reflexões sobre desigualdades estruturais e transformando as relações sociais e econômicas dentro e fora dos assentamentos.

Quadro 1 - Relação dos estudos selecionados para a presente revisão sistemática.

Nº	BASE	TÍTULO	AUTOR (A) E CITAÇÃO	ORIGEM	GRUPO PRODUTIVO	PRINCIPAIS PRODUTOS	OBJETIVO
1	Scielo	A organização das mulheres unidas da gleba XV de novembro: Agricultoras brasileiras e desenvolvimento local (SP)	Larissa Araújo Coutinho de Paula (PAULA, 2023)	Finisterra	OMUS - Organização das Mulheres Unidas	panificados, doces, compotas, biscoito (bolachas de nata), polpa de frutas e salgados	Apresentar o processo de empoderamento feminino por meio da Organização das Mulheres Unidas do assentamento Gleba XV Novembro, Rosana/SP, evidenciando como as mulheres têm alcançado êxito para a obtenção de renda e contribuindo para a permanência de suas famílias na terra, propiciando melhores condições de vida e de trabalho para todo o assentamento.



Nº	BASE	TÍTULO	AUTOR (A) E CITAÇÃO	ORIGEM	GRUPO PRODUTIVO	PRINCIPAIS PRODUTOS	OBJETIVO
2	Portal Capes	Agroindústria Familiar, ODS's e Desenvolvimento Alternativo: um estudo sobre a Fonte do Sabor do Semiárido Paraibano/ Brasil (PB)	Ricélia M. M. Sales, Mônica T. Cavalcanti, Karla J. M. Silva, Patrícia de J. Silva (SALES et al., 2019)	Redes	Agroindústria Familiar "Fonte do Sabor"	polpa de frutas	Apresentar a relação entre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS's) e a agroindústria familiar rural de polpa de fruta "Fonte de Sabor" como fruto da união de mulheres agricultoras familiares do Assentamento São João II, território do Médio Piranhas/ PB, como sendo um exemplo de iniciativa do desenvolvimento alternativo e solidário no semiárido brasileiro.
3	Web of Science	Aprendizagem e Sentido: Atividade de Panificação de Mulheres Assentadas (PR)	Marcia V. Paixão, Eloy E. S. Nogueira (PAIXÃO; NOGUEIRA, 2019)	Revista de Administração Mackenzie	Cooperjunho	doces, tortas e almoços	Buscar revelar o sentido da atividade e da participação na atividade de panificação dessas mulheres e qual a sua relação com a aprendizagem no empreendimento, justificando-se pela sua contribuição para o entendimento desse aprender, respondendo a questões que podem servir como referência para compreendermos a realidade de grupos produtivos dessa nova economia.
4	Portal Capes	Cartografias alternativas: contribuições do PAA materializadas no espaço das assentadas rurais (SP)	Larissa Araújo Coutinho de Paula (PAULA, 2019)	Geografia em Atos	OMUS	panificados, doces, polpa de fruta, compotas, bolachas de nata, salgados	Apresentar considerações a respeito do (PAA) na vida de mulheres assentadas associadas à Organização das Mulheres Unidas do Setor II do PA Gleba XV de Novembro, em Rosana, extremo oeste de SP.



Nº	BASE	TÍTULO	AUTOR (A) E CITAÇÃO	ORIGEM	GRUPO PRODUTIVO	PRINCIPAIS PRODUTOS	OBJETIVO
5	Portal Capes	De bóias-frias e barrageiras à herdeiras da terra: trajetórias e sororidade entre assentadas rurais do interior de São Paulo (SP)	Larissa A. Coutinho de Paula, Rosângela A. M. Hespanhol (PAULA; HESPANHOL, 2021)	Retrato de Assentamento	OMUS	panificados, doces, compotas, bolachas de nata, polpa de frutas e salgados	Estudar as estratégias de reprodução socioespaciais de dois grupos de mulheres assentadas, OMUS, localizados no Assentamento Gleba XV de Novembro, em Rosana/SP; e a Associação de Mulheres Assentadas do Assentamento Monte Alegre VI, em Araraquara.
6	Portal Capes	Entre o Poder e o Saber: Os Alimentos Artesanais e a Resistência de Mulheres Assentadas no Interior de São Paulo (SP)	Elisa R. Carlini, Vera Lúcia S. Botta Ferrante, Thauana P. S. Gomes, Maria Lúcia Ribeiro (CARLINI <i>et al.</i> , 2021)	Revista Feminismos	AMCA e AMA - Associação de Mulheres Assentadas do Monte Alegre	panificados, doces e geleias	Examinar como mulheres assentadas em Araraquara resistem à lógica sanitária dominante através de práticas feministas e coletivas, desafiando as normas impostas pelo agronegócio. E como elas reconstroem sua identidade e promovem a soberania alimentar e a valorização de saberes tradicionais.
7	Portal Capes	Estratégias de desenvolvimento e a expansão das capacidades em um grupo produtivo de mulheres rurais assentadas (MS)	Valdemar João Wesz Jr. (WESZ JR., 2015)	Interações (Campo Grande)	Grupo Pé-de-Serra	doces, geleias e polpas de fruta do cerrado	Analisar como o acesso a diferentes atores (mercado, sociedade civil e estado) e ativos (como o natural, produzido, humano, social e cultural) possibilita a geração de capacidades que permitem criar trajetórias sustentáveis de reprodução socioeconômica e melhoria das condições de vida.



Nº	BASE	TÍTULO	AUTOR (A) E CITAÇÃO	ORIGEM	GRUPO PRODUTIVO	PRINCIPAIS PRODUTOS	OBJETIVO
8	Portal Capes	Mulheres Assentadas: da Invisibilidade ao Protagonismo (SP)	Daniele T. Aro, Vera Lúcia S. Botta Ferrante (ARO; FERRANTE, 2013)	Retratos de Assentamento	AMA - Associação de Mulheres Assentadas do Monte Alegre	panificados	Analisar a divisão sexual do trabalho nos assentamentos rurais, dando ênfase aos lugares ocupados por mulheres no autoconsumo, nas atividades de agroindustrialização, ressaltando a importância da mulher na segurança alimentar.
9	Portal Capes	O trabalho de mulheres assentadas da reforma agrária no contexto de uma agroindústria familiar (RS)	Daniel do Nascimento, Jaqueline P. Silveira, Fabiana T. da Cruz 2022	Retratos de Assentamento	Agroindústria Familiar "Mãos na Massa"	panificados	Analisar dinâmicas de trabalho de mulheres assentadas da Reforma Agrária no ambiente de uma agroindústria familiar e no ambiente doméstico, buscando discutir os sentidos do trabalho na vida dessas mulheres.
10	Portal Capes	Participação e Protagonismo Feminino nos Programas de Fomento à Agricultura Familiar no Interior Paulista (SP)	Fernando Veronezzi Silva, Elpídio Serra (SILVA; SERRA, 2020)	GEO UERJ	OMQUESP	doces	Discutir a participação e protagonismo das assentadas vinculadas à Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas de SP, através de três Programas Governamentais de fomento à agricultura familiar nos assentamentos rurais de Araras e Jaboticabal.
11	Portal Capes	Possibilidades de incorporação do processamento do cumbaru do assentamento Facão, na cadeia produtiva do turismo rural: estudo de caso na fronteira BR/ Bolívia (MT)	Marcela de A. Silva, Ronaldo J. Neves, Sandra M. A. S. Neves (SILVA; NEVES; NEVES, 2016)	Interações (Campo Grande)	Grupo de mulheres "Amigas do Cerrado"	Derivados do cumbaru	Investigar a possibilidade de incorporação dos produtos diferenciados, desenvolvidos na agroindústria alimentícia do assentamento Facão/ Fuma São José, pelo grupo de mulheres Amigas do Cerrado, na cadeia produtiva do turismo local.



Nº	BASE	TÍTULO	AUTOR (A) E CITAÇÃO	ORIGEM	GRUPO PRODUTIVO	PRINCIPAIS PRODUTOS	OBJETIVO
12	Portal Capes	Relato de uma experiência de formação: Mulheres cervejeiras do Pantanal mato-grossense (MT)	Admilson C.C., Karina O. B., Maribel C. A., Milene T. B., Cláudia K. S., Cristiano A. B. (CUNHA <i>et al.</i> , 2023)	Revista Brasileira de Extensão Universitária	Grupo de mulheres cervejeiras	cerveja	Descrever a experiência vivida por mulheres assentadas durante o Curso de Formação Inicial e Continuada em Preparadora Cervejeira Artesanal em dois assentamentos localizados no Pantanal Mato-Grossense.
13	Portal Capes	Uma nova perspectiva de desenvolvimento local a partir de uma reestruturação produtiva (PR)	Maricléia A. Leite Novak, Simone Soares (NOVAK; SOARES, 2020)	DELOS Desarrollo Local Sostenible	Associação de mulheres Roseli Nunes	panificados	Buscar compreender o significado social que tem a participação das mulheres da Associação Roseli Nunes no contexto de organização do assentamento rural José Dias, em Inácio Martins/PR, evidenciando os efeitos causados pela mudança da produção de carvão para a produção de produtos de panificação.
14	BDTD	A Reforma Agrária sob a ótica de mulheres assentadas: a história da Gleba XV de Novembro a partir da trajetória da OMUS (SP)	Olivia Alves de Almeida (ALMEIDA, 2016)	Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFGD	OMUS	panificados	Entender a participação das mulheres associadas à Organização das Mulheres Unidas – OMUS no desenvolvimento do assentamento rural Gleba XV de Novembro, localizado em Rosana/SP.



Nº	BASE	TÍTULO	AUTOR (A) E CITAÇÃO	ORIGEM	GRUPO PRODUTIVO	PRINCIPAIS PRODUTOS	OBJETIVO
15	BDTD	Economia solidária e relações de gênero na agricultura familiar: o caso do grupo produtivo mulheres “Decididas a Vencer” (RN)	Denise Cristina Momo (MOMO, 2013)	Programa de Pós-grad. em Administração, UFRN	Grupo de Mulheres Decididas a Vencer	mel	Compreender as relações de gênero na agricultura familiar a partir da inserção de mulheres em Empreendimentos Econômicos Solidários no contexto de um assentamento de reforma agrária. localizado no Assentamento de Mulunguzinho, Mossoró/RN. Ele explora o empoderamento feminino e as mudanças nas dinâmicas familiares e socioeconômicas promovidas pela economia solidária.
16	BDTD	Estratégias de valoração dos produtos agroindustriais das mulheres rurais do Assentamento Nova Amazônia em Roraima através do registro de marca coletiva (RR)	Liliane Barbosa dos Santos Gadelha (GADELHA, 2021)	Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação, UFRR	Associação do Projeto de Assentamento Nova Amazônia I (ASSTRF-PANA)	bolos, massas, conservas, geleias, pimentas e licores	Caracterizar o potencial de valoração dos produtos agroalimentares das mulheres rurais do projeto de Assentamento Nova Amazônia em Roraima, buscando o registro de marca coletiva e o desenvolvimento de um regulamento de uso coletivo.



Nº	BASE	TÍTULO	AUTOR (A) E CITAÇÃO	ORIGEM	GRUPO PRODUTIVO	PRINCIPAIS PRODUTOS	OBJETIVO
17	BDTD	Impactos sobre a dinâmica produtiva e as relações de gênero na transição agroecológica de um grupo de mulheres assentadas (SP)	Ana Paula Pegorer de Siqueira (SIQUEIRA, 2008)	Programa de Pós-grad. em Eng. Agrícola, UNICAMP	AMA - Associação de Mulheres Agroecológicas do Vergel	panificados, biscoitos caseiros, doces, compostas e conservas	Compreender como a transição agroecológica, em conjunto com a organização das mulheres do Assentamento do Vergel em Mogi Mirim/SP, pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida e a promoção da igualdade de gênero nos assentamentos.
18	BDTD	Luta, resistência e organização camponesa no alto sertão sergipano: contradições, tensões e dinâmica territorial do PNAE (SE)	Fábio Ferreira Santos (SANTOS, 2020)	Pós-Grad. Geografia do Centro de Ciências Exatas e da Natureza, UFPB	COOPAC	bolinho de batata e macaxeira a vácuo	Analisar as estratégias de reprodução camponesa no Alto Sertão Sergipano (ASS) a partir da organização do trabalho e da produção de alimentos, com foco na relação com o (PNAE).
19	BDTD	Mulheres assentadas e cooperadas (re)construindo caminhos: trajetórias de vida e experiências de empoderamento (MS)	Mirian Jaqueline Toledo Sena Severo (SEVERO, 2010)	Programa de Pós-Graduação em História, UFGD	COOPERFAMILIAR	farinha	Analisar a participação das mulheres nos Assentamentos Guanabara e Sebastião Rosa da Paz, município de Amambai/MS, no âmbito da esfera privada e, especialmente pública, na intenção de descobrir e dar visibilidade às suas atuações.
20	BDTD	Práticas, materialidades e feminismos em devir: reterritorialização no caso da rede Xique Xique de comercialização (RN)	Judit Herrera Ortuño (ORTUÑO, 2021)	Pós-Graduação Desenvol. Rural da Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS	Grupos de mulheres da Rede Xique Xique e Grupo de Mulheres "Juntas Venceremos"	mel e polpa de frutas	Analisar processos de des/re-territorialização dos mundos de vida de mulheres rurais associadas à Rede Xique Xique de Comercialização Solidária, na região oeste potiguar.



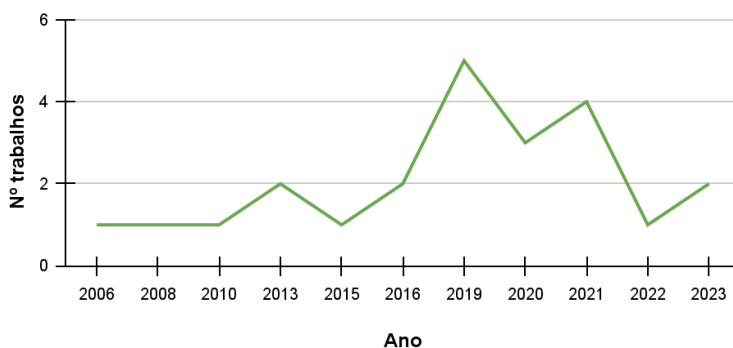
Nº	BASE	TÍTULO	AUTOR (A) E CITAÇÃO	ORIGEM	GRUPO PRODUTIVO	PRINCIPAIS PRODUTOS	OBJETIVO
21	BDTD	Saberes e fazeres de mulheres assentadas: relações de gênero e os processos de empoderamento no território do Vão do Paranã (GO) (GO)	Livia Aparecida Pires de Mesquita (MESQUITA, 2019)	Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFG	AFANPAG - Associação dos Agricultores Familiares do PA Nova Grécia	panificados	Analisar as vivências, os saberes e fazeres das mulheres no território dos assentamentos rurais do Vão do Paranã, destacando as relações de gênero e os processos de empoderamento feminino.
22	BDTD	Trabalho e educação: o caráter educativo da organização das mulheres do Assentamento Reunidas, Agrovila Campinas em Promissão/ SP (SP)	Danielle Volpian Marques (MARQUES, 2019)	Programa de Pós-Graduação em Educação, UFSCAR	Grupo de mulheres “Flores do Campo”	panificados	Investigar o grupo produtivo Flores do Campo na organização das mulheres da agrovila Campinas, no Assentamento Reunidas, bem como compreender como esse grupo se organizou para a produção de pães e quais fatores influenciaram seu desmonte.
23	BDTD	Uma Fonte de Água Viva: A participação das mulheres no assentamento Arizona, São Miguel do Gostoso-RN (RN)	Marialda Moura da Silva (SILVA, 2006)	Pós-Graduação do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFRN	Grupo “Maria”	farinha	Compreender o significado social da participação das mulheres no contexto de organização do assentamento Arizona, evidenciando os efeitos dessa participação na vida das mulheres e nas relações estabelecidas com a sua família e o assentamento .

Fonte: Elaboração própria (2024).

Como demonstrado na Figura 3, embora não tenha havido recorte temporal durante a aplicação do protocolo de pesquisa, os estudos encontrados estão distribuídos em um espaço de tempo de 11 (onze) anos. Em ordem cronológica, o primeiro estudo desta revisão, a dissertação de Silva (2006), foi realizado quando a linha de crédito Pronaf Mulher já estava inserida no Plano Safra anterior (2004-2005), como uma linha oficial de crédito para as mulheres agricultoras. Essa política pública, como destaca Silva (2006), talvez tenha se tornado uma das principais motivações que impulsionaram o grupo “Maria”,

da agrovila Arizona/RN, a buscar meios de desenvolver projetos produtivos coletivos.

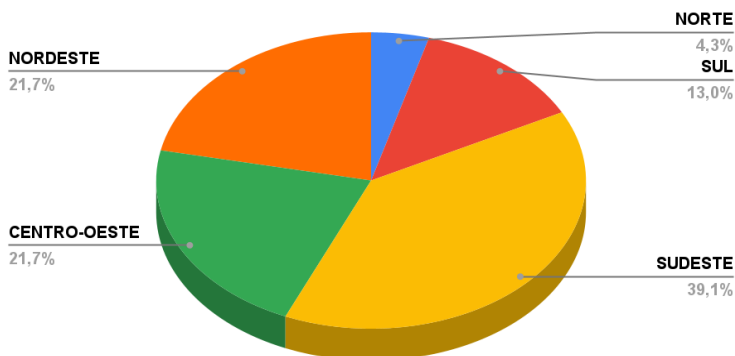
Figura 3 - Linha do tempo de publicação dos estudos.



Fonte: Elaboração própria (2024).

Na Figura 4, é possível observar que a Região Sudeste, representada somente pelo estado de São Paulo, concentra o maior número de estudos (nove) que atenderam à questão de pesquisa. Alguns assentamentos de São Paulo são conhecidos pela grande extensão territorial e número de famílias, como a Gleba XV de Novembro, localizado nos municípios de Rosana e Euclides da Cunha Paulista e Assentamento Monte Alegre, abrangendo os municípios de Araraquara, Matão e Motuca. Estes assentamentos geraram 06 (seis) trabalhos selecionados para esta pesquisa. Já na região Norte, foi selecionado apenas um estudo no estado de Roraima, que evidenciou o grande potencial de valorização dos produtos agroalimentares das mulheres rurais do PA Nova Amazônia I (GADELHA, 2021).

A Figura 5 ilustra os alimentos processados e bebidas pelos grupos produtivos estudados. Os produtos que aparecem em apenas um grupo produtivo foram classificados como “outros” e são eles: temperos, pimenta, licores, bolinho de batata, macaxeira a vácuo, tortas, salgados, cerveja, massas e derivados do cumbaru. Os estudos mostram iniciativas diferentes de agroindustrialização, aproveitando as riquezas do Cerrado, os hábitos alimentares ou até mesmo uma demanda por produtos diferenciados, como por exemplo o uso do cumbaru para produção de bolacha, pão enriquecido, licor, rapadura, castanha, farinha, sorvete, bolo, barrinha de cereal e bombom (SILVA; NEVES; NEVES, 2016), o processamento de bolinho de batata (SANTOS, 2020) e o desenvolvimento de cervejas artesanais (CUNHA *et al.*, 2023).

Figura 4 - Distribuição dos estudos por região brasileira.

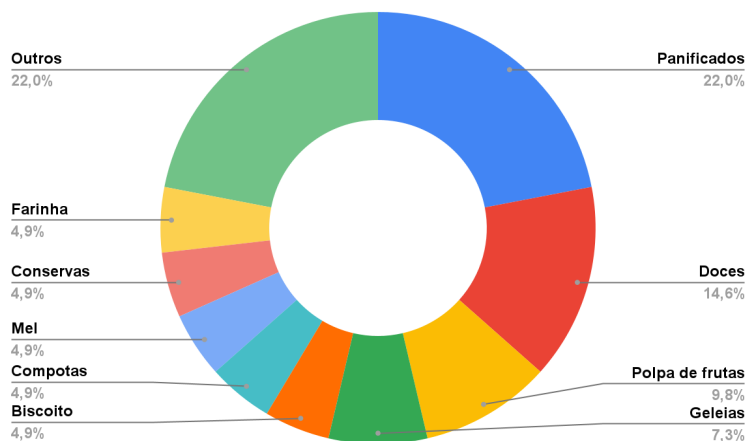
Fonte: Elaboração própria (2024).

Os produtos classificados como 'outros' representam 22% dos grupos produtivos, assim como os panificados, evidenciando a ampla diversidade de alimentos processados pelas mulheres assentadas. Essa variedade não apenas demonstra a riqueza de saberes e sabores associados a cada receita, mas também revela características fundamentais do processamento coletivo de alimentos na agricultura familiar. O aproveitamento de ingredientes locais, a preservação das tradições alimentares e a inovação na criação de novos produtos a partir dos recursos disponíveis ressaltam tanto a resiliência quanto a criatividade dessas mulheres, fortalecendo sua autonomia produtiva e econômica.

Em relação à metodologia empregada nos estudos selecionados, a abordagem de todas as pesquisas foi qualitativa, utilizando variados instrumentos de coleta de dados, a fim de compreender em profundidade as experiências, percepções, relações sociais e subjetividades inerentes aos (às) sujeitos (as) da pesquisa. A combinação de diferentes dispositivos de coleta enriquece a pesquisa, proporcionando uma análise mais abrangente do fenômeno estudado, além de permitir investigar tanto as experiências subjetivas dos indivíduos quanto as dinâmicas grupais.

Os procedimentos metodológicos mais utilizados nas pesquisas foram: entrevistas, questionários, observação participante, diários de campo, registros fotográficos, análise de documentos, história oral, abordagem mista com a combinação de técnicas qualitativas e quantitativas e, em quatro estudos, além de outros métodos utilizados, também foram empregados a análise SWOT (SILVA; NEVES; NEVES, 2016), as cartografias alternativas (PAULA, 2019) e os grupos focais (GADELHA, 2021; PAULA, 2023). Essas metodologias reconhecem a importância da participação das mulheres na construção do conhecimento e ampliam suas vozes não somente como sujeitos da pesquisa, mas principalmente agentes de transformação social.

Figura 5 - Alimentos elaborados pelos grupos produtivos na perspectiva da agroindustrialização e agregação de valor.



Fonte: Elaboração própria (2024).

Integração dos achados apresentados nas publicações selecionadas

O passo seguinte foi categorizar os estudos, de acordo com os assuntos mais abordados dentro de cada pesquisa analisada, levando-se em conta que um trabalho (artigo, tese ou dissertação) se relaciona com mais de uma categoria. Essa categorização possibilita uma análise mais ampla dos dados qualitativos, revelando interconexões e padrões entre os estudos.

O debate visa tanto responder à questão de pesquisa quanto atender aos requisitos da metassíntese, indo além da simples compilação de dados, ou seja, buscando integrar os achados qualitativos para gerar novas interpretações dos resultados, sempre preservando o contexto e o significado dos dados de cada estudo.

Isto posto, classificamos os estudos em 05 (cinco) grandes categorias. Estas, por sua vez, abrangem outros termos (ou conceitos - chave) com base na semelhança e sentido entre si e que também aparecem nos textos selecionados, como descritas abaixo as categorias principais e seus termos relacionados:

1. Relações de gênero: divisão sexual do trabalho, emancipação feminina, autoestima, reconhecimento do trabalho, poder de decisão, patriarcado.

2. Organização social e produtiva: associações, cooperativas, redes de apoio, geração de renda, agregação de valor, demandas de gênero, apoio mútuo.

3. Políticas públicas de desenvolvimento rural: assistência técnica, capacitações, mercados institucionais, inclusão socioproductiva, inclusão política, inclusão econômica.

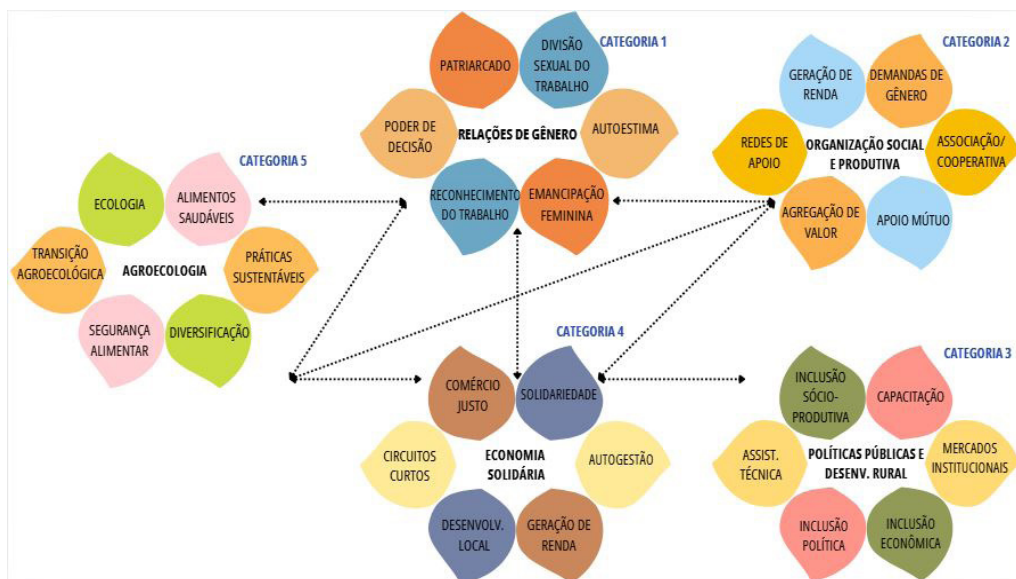
4. Economia solidária: circuitos curtos de comercialização, comércio justo, solidariedade, autogestão, geração de renda, desenvolvimento local.

5. Agroecologia: transição agroecológica, alimentos saudáveis, ecologia, práticas sustentáveis, segurança alimentar, diversificação.

Todas as categorias conversam entre si e se misturam, assim como os termos associados estão permeados entre elas nos estudos analisados. Isso permite sugerir que as pesquisas conseguiram apontar as principais discussões que atravessam a realidade de mulheres agricultoras assentadas de reforma agrária, suas organizações, suas atividades de agroindustrialização de alimentos, seus anseios por renda e autonomia e suas trajetórias de vida na comunidade onde estão inseridas.

A Figura 6 apresenta de forma esquemática as categorias classificadas acima e seus termos relacionados, a fim de ilustrar a conexão entre elas, lembrando que os conceitos-chave associados às categorias foram encontrados em maior ou menor frequência nos 23 estudos.

Figura 6 - Ilustração das cinco categorias identificadas nos estudos, seus termos associados e a interconexão entre eles.



Fonte: Elaboração própria (2024).

As categorias: 01 “Relações de gênero” e 02 “Organização social e produtiva” abrangem todos os 23 estudos, pois já estão inseridas na própria pergunta de pesquisa: Quais são os principais achados científicos nacionais que pesquisam sobre as dinâmicas, os desafios e as estratégias da atividade coletiva (**categoria 2**) de mulheres (**categoria 1**) assentadas em áreas de reforma agrária, que processam alimentos para comercialização? Enquanto as demais categorias: “Políticas públicas e desenvolvimento rural”, “Economia solidária” e “Agroecologia” foram discutidas com mais profundidade em 13, 05 e 05 estudos, respectivamente, como demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2 - Associação das categorias emergidas durante a análise das pesquisas com os seus autores (as) e a respectiva quantidade de estudos.

CATEGORIA	AUTORES	QTD
1. Relações de Gênero	TODOS	23
2. Organização Social e Produtiva	TODOS	23
3. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural	(ALMEIDA, 2016), (MARQUES, 2019), (MESQUITA, 2019), (NOVAK; SOARES, 2020), (ORTUÑO, 2021), (PAULA, 2019), (PAULA, 2023) (SALES <i>et al.</i> , 2019), (SANTOS, 2020), (SILVA; NEVES; NEVES, 2016) (SILVA; SERRA, 2020), (SIQUEIRA, 2008), (WESZ JR, 2015)	13
4. Economia Solidária	(CARLINI <i>et al.</i> , 2021), (GADELHA, 2021), (SALES <i>et al.</i> , 2019), (MOMO, 2013), (ORTUÑO, 2021)	5
5. Agroecologia	(MESQUITA, 2019), (ORTUÑO, 2021), (SALES <i>et al.</i> , 2019), (SILVA, 2006) , (SIQUEIRA, 2008)	5

Fonte: Elaboração própria (2024).

Em sequência, cada categoria será discutida separadamente, evidenciando o que os estudos abordaram em cada uma delas, seus principais achados em comum e suas diferentes percepções, quando houver. Importante ressaltar que todas as pesquisas culminam em variadas maneiras de demonstrar a complexidade das relações de gênero no meio rural, tanto na esfera privada (reprodutiva) como na pública (produtiva) e, ao mesmo tempo, e buscam fomentar o fortalecimento da mulher agricultora enquanto protagonistas e detentoras de conhecimento, de direitos e de sua própria história.

Categoria 1 - Relações de gênero

As relações de gênero são centrais para a compreensão da realidade das mulheres assentadas da reforma agrária, impactando tanto a luta pela terra quanto a busca por estabilidade no território conquistado. Esta revisão foca especificamente em grupos de mulheres assentadas que processam alimentos para comercialização, mas as dinâmicas de gênero atravessam todos os lares e atividades, seja no contexto coletivo ou em iniciativas individuais das mulheres rurais.

Então, para analisar suas estratégias individuais e coletivas na conquista da autonomia em um contexto socioeconômico frequentemente adverso, é fundamental reconhecer que o simples fato de serem mulheres pode limitar o alcance de seus anseios e escolhas. Nesse sentido, incorporar a perspectiva de gênero na análise dos meios de vida das famílias rurais, como destaca Wesz Jr. (2015), assegura ao pesquisador ou pesquisadora identificar nuances provenientes das relações de gênero, as quais poderiam passar despercebidas em um estudo sem essa abordagem.

As fontes analisadas revelam, de forma geral, que a divisão sexual do trabalho confina as mulheres ao âmbito reprodutivo, sobrecarregando-as com uma dupla ou tripla jornada de trabalho. Enquanto os homens se dedicam às atividades consideradas produtivas e têm seu trabalho reconhecido social e financeiramente, as mulheres assumem a esfera reprodutiva, ou seja, a responsabilidade pelas tarefas domésticas, o cuidado dos filhos, limpeza e preparo de alimentos, além de auxiliar nas atividades agrícolas conduzidas pelo cônjuge, sem remuneração (ARO; FERRANTE, 2013; ALMEIDA, 2016; MARQUES, 2019; MESQUITA, 2019).

A divisão sexual do trabalho, um dos mecanismos excludentes do modelo patriarcal (SEVERO, 2010), manifesta-se de diversas formas nos assentamentos, gerando vulnerabilidade e restringindo a autonomia e o poder de decisão das mulheres. Os estudos evidenciam que essa divisão, enraizada em uma lógica patriarcal que distribui tarefas e responsabilidades com base no sexo biológico, reforça as desigualdades de gênero e a posição subordinada das mulheres, especialmente no contexto rural. Assim, elas seguem em desvantagem, limitando seu acesso a recursos, participação nos espaços de decisão e reconhecimento pelo trabalho realizado (ALMEIDA, 2016).

Aro e Ferrante (2013) demonstram que a participação das mulheres na agricultura é subestimada e que elas são frequentemente relegadas a atividades de “mão-de-obra reserva”. Silva (2006) destaca as contradições entre o discurso do MST sobre igualdade de gênero e a prática nos assentamentos, revelando a persistência de desigualdades. Nascimento, Silveira e Thomé da Cruz (2022) analisam as dinâmicas de trabalho de mulheres assentadas em uma agroindústria, problematizando a naturalização da “ajuda” feminina na

lavoura e a invisibilidade e desvalorização do trabalho reprodutivo. Marques (2019) identificou o machismo e a subordinação como alguns dos motivos que levaram as mulheres a desistirem da atividade de panificação no assentamento Reunidas (SP), porque os cônjuges as pressionavam para permanecerem nos lotes, já que a renda era baixa.

Enquanto a relação de forças é desigual e o modelo patriarcal prevalece até nas famílias encorajadas a agir diferente, como é o caso das que integram o MST, as mulheres vão pouco a pouco galgando pequenos passos em busca de sua autonomia e emancipação, com muito esforço físico e mental. Assim, o empoderamento², um dos elementos da emancipação feminina, torna-se um objetivo cada dia maior para aquelas que almejam transpor as barreiras do machismo, da violência e dos padrões de vida impostos.

Segundo as fontes pesquisadas, o empoderamento acontece em múltiplas dimensões: 1. Econômica, com geração de renda e autonomia financeira; 2. Política, por meio da participação em decisões e ações coletivas; 3. Social, com visibilidade e reconhecimento do trabalho; e 4. Pessoal, com elevação da autoestima e transformação da percepção sobre o próprio papel na comunidade (ORTUÑO, 2021; NOVAK; SOARES, 2020; PAULA, 2023, 2019; PAIXÃO; NOGUEIRA, 2019; SILVA; SERRA, 2020). A ruptura com a divisão tradicional do trabalho transforma econômica e socialmente essas mulheres e, apesar dos desafios impostos pela persistência de normas patriarcais, os estudos indicam a ação coletiva como ferramenta de transformação social rumo a uma sociedade mais justa e igualitária.

A organização coletiva é um processo dinâmico e multifacetado que impulsiona a transformação das relações de gênero e foi por meio dela que as mulheres abordadas nas fontes estudadas conseguiram se engajar em atividades, como a agroindustrialização de alimentos. A aliança entre a organização social e a produtiva possibilitou avanços significativos, incluindo maior reconhecimento, visibilidade, fortalecimento de sua autonomia, melhoria da autoestima, ampliação de direitos e potencialização da sororidade (ALMEIDA, 2016; ARO; FERRANTE, 2013; CARLINI *et al.*, 2021; CUNHA *et al.*, 2023; DO NASCIMENTO; SILVEIRA; THOMÉ DA CRUZ, 2022; ORTUÑO, 2021; MESQUITA, 2019; MOMO, 2013; NOVAK; SOARES, 2020; PAULA, 2023; PAULA; HESPANHOL, 2021; SALES *et al.*, 2019; SANTOS, 2020; SEVERO, 2010; SILVA, 2006; SILVA; SERRA, 2020; SIQUEIRA, 2008; WESZ JR., 2015).

O acesso às políticas públicas voltadas para a comercialização de alimentos da agricultura familiar, como o PAA e o PNAE, têm se mostrado outra estratégia de empoderamento, pois contribui significativamente para a geração de renda entre as mulheres, conforme apontam os estudos de Mesquita (2019), Paula (2019) e Silva e Serra (2020). Carlini *et al.* (2021) vão

além e ressaltam a necessidade urgente de o Estado promover a emancipação feminina, fortalecendo “atividades econômicas alternativas que promovam suas autonomias individuais e consequente independência” (CARLINI *et al.*, 2021, p. 88).

Por fim, as fontes demonstram que a transformação social no campo é um processo em construção, que exige a participação ativa de homens e mulheres na desconstrução de padrões culturais patriarcais e na busca por relações mais igualitárias. Os trabalhos convergem para a necessidade de visibilizar e valorizar o papel da mulher rural na agricultura familiar, reconhecendo suas lutas, desafios e potencialidades, e buscando promover mudanças que contribuam para a igualdade de gênero e o desenvolvimento rural sustentável.

Categoria 2 - Organização social e produtiva

Como mencionado anteriormente, a organização coletiva feminina surge como uma resposta à necessidade de geração de renda e fortalecimento da autonomia das mulheres nos assentamentos e constitui estratégia fundamental que desencadeia uma série de pequenas, porém significativas conquistas às mulheres assentadas, que se forjam em meio às adversidades e hostilidades do espaço rural. Todos os estudos analisados mostram, em maior ou menor grau, a importância da união entre elas e os impactos positivos que isso gera não apenas para suas vidas individuais, mas também para o fortalecimento da comunidade na qual estão inseridas.

Geralmente, a organização coletiva nos assentamentos se dá por meio de associações, cooperativas ou grupos informais, espaços nos quais as mulheres constroem redes de apoio mútuo e se preparam para o próximo passo: a implementação de uma atividade produtiva. Ainda, essas redes de colaboração muitas vezes transcendem as questões econômicas, promovendo também transformações sociais e culturais, através do diálogo sobre direitos, combate à violência de gênero e promoção de lideranças femininas, permitindo que as mulheres não apenas ampliem sua autonomia financeira, mas também se tornem agentes de mudança dentro e fora de suas comunidades.

A pesquisa de Ortuño (2021) mostra que, além da geração de renda, a participação na Rede de Comercialização Solidária do Rio Grande do Norte fortalece as mulheres por meio do compartilhamento de vivências, superação da violência e transformação de suas relações e identidades. Em um estudo sobre a Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo, Silva e Serra (2020) observam que o movimento coletivo potencializa ações de lutas contra a opressão, submissão, discriminação e dominação, além da defesa de Programas e Projetos econômicos, sociais, culturais e ambientais, que visam transformações nas comunidades rurais onde as mulheres assentadas vivem.

A pesquisa de Marques (2019) destaca que o grupo de mulheres Flores do Campo surgiu a partir da necessidade de um espaço de diálogo entre as mulheres, onde pudessem discutir questões relacionadas às suas vidas pessoais e à comunidade e conclui que a participação em atividades coletivas empodera as mulheres, promovendo sua autonomia e desenvolvimento pessoal.

Aro e Ferrante (2013) analisam o papel fundamental da Associação das Mulheres Assentadas (AMA) no interior de SP para a produção e reprodução social em assentamentos rurais, onde as mulheres lutam por seus direitos e por uma vida mais justa e igualitária, enquanto agroindustrializam alguns alimentos para comercialização. Novak e Soares (2020) relatam a transição da associação Roseli Nunes da produção de carvão para a panificação, demonstrando como a organização coletiva e o apoio de programas governamentais permitiram a substituição de uma atividade insalubre por uma fonte de renda mais sustentável, contribuindo para a permanência das famílias no assentamento.

A organização social e por consequência a produtiva também são viabilizadas pelos programas governamentais de comercialização de alimentos, que direta ou indiretamente conduzem à necessidade do fortalecimento da identidade coletiva e à criação de espaços para tomadas de decisão, troca de saberes e produção em maior escala, como é o caso dos grupos que fornecem alimentos às escolas públicas (MARQUES, 2019; MESQUITA, 2019; PAIXÃO; NOGUEIRA, 2020; PAULA, 2023; SANTOS, 2020).

Silva e Serra (2020) observaram que, ao assumirem o comando de programas, como o PAA, o PNAE e o Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS), as mulheres da OMAQUESP, em Araras e Jaboticabal (SP), combateram a invisibilidade e promoveram a transformação social em seus territórios. Silva, Neves e Neves (2016) mostram o potencial das mulheres do Grupo Amigas do Cerrado para inserir produtos derivados do fruto cumbaru no mercado da região fronteira Brasil/Bolívia. A formação do grupo (organização social), a construção da unidade de processamento (organização produtiva) e o fornecimento de produtos elaborados a partir do cumbaru aos programas PNAE e PAA (políticas públicas) trouxeram mais qualidade de vida e autonomia para as mulheres.

Na pesquisa de Wesz Jr. (2015) sobre o grupo de mulheres Pé-da-Serra, localizado em um assentamento no Mato Grosso do Sul, destaca-se a importância do capital social como um dos ativos fundamentais para a construção de estratégias de vida das participantes. Baseando-se na abordagem de Bebbington (1999), o autor demonstra que o capital social, representado por laços de confiança, reciprocidade e redes de relacionamento, já existia na esfera político-organizacional da comunidade devido aos anos

de acampamento e mobilizações para a conquista da terra. Esse ativo foi crucial para a formação do grupo produtivo, pois uniu as mulheres em torno de objetivos comuns. Entretanto, sua potencialidade foi ampliada pelo acesso a atores externos, como a ONG Fundação Neotrópica do Brasil, que direcionou o capital social para ações produtivas específicas, como a organização da agroindústria e a comercialização de produtos do Cerrado.

As redes de apoio, como apontado por Wesz Jr (2015), potencializam os grupos produtivos e se somam à trajetória das mulheres, que agem em prol de suas liberdades, de suas comunidades e do desenvolvimento dos assentamentos de forma mais inclusiva e justa. Outros trabalhos demonstram o importante papel das entidades, que, em conjunto com a organização das mulheres e as políticas públicas, contribuem para o sucesso dos grupos produtivos, fornecendo assistência técnica, capacitação, doação de equipamentos, recursos financeiros e apoio na comercialização da produção. Universidades, cooperativas, prefeituras, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas (SEBRAE) e organizações não governamentais compõem o rol de instituições parceiras nos diversos assentamentos (ALMEIDA, 2016; CARLINI et al., 2021; GADELHA, 2021; MESQUITA, 2019; MOMO, 2013; ORTUÑO, 2021; SALES et al., 2019; SEVERO, 2010; SIQUEIRA, 2008).

Em suma, essas práticas de auto-organização não só fomentam autonomia econômica, mas também transformam relações interpessoais e modos de existência, criando novas formas de presença e identidade no mundo. Ao se organizarem em torno de seus objetivos e aspirações, as mulheres assentadas também contribuem para a criação de arranjos socioespaciais mais inclusivos e sustentáveis, que integram aspectos econômicos, ambientais, sociais e culturais.

Categoria 3 - Políticas públicas e Desenvolvimento rural

As políticas públicas são um conjunto de ações e programas construídos e disponibilizados pelo Estado, visando beneficiar diversos setores da sociedade e atendendo a finalidades específicas e direcionadas de acordo com as peculiaridades do público demandante. Na presente pesquisa, as políticas públicas discutidas convergem para o fortalecimento da agricultura familiar e desenvolvimento rural, com foco em garantir renda, trabalho, autonomia, visibilidade e redução das desigualdades de gênero de forma direta e/ou indireta às mulheres assentadas da reforma agrária.

As políticas destacadas dos estudos e que fazem parte desta discussão incluem ações de assistência técnica, cursos de capacitação, acesso aos mercados institucionais (PNAE, PPAIS, PAA) para a comercialização de

alimentos produzidos coletivamente e algumas iniciativas temporárias de apoio à produção e comercialização em nível municipal, estadual, federal e internacional. Outras políticas citadas nos estudos, como: Brasil Sem Miséria, Bolsa Família, Previdência Social, PNDTR, o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), o próprio PNRA e outras, não serão o foco da presente revisão, apesar de suas inúmeras contribuições para as famílias de assentamentos rurais. Ademais, o crédito Fomento Mulher, ainda que financie projetos produtivos sob responsabilidade da mulher assentada, é voltado para atividades individuais e não coletivas, e por esta razão, esta política pública também não será discutida aqui.

Os 13 estudos que evidenciaram a importância das políticas públicas para o desenvolvimento de organizações produtivas femininas dedicadas ao processamento de alimentos para comercialização foram conduzidos por: Almeida (2016), Marques (2019), Mesquita (2019), Novak e Soares (2020), Ortuño (2021), Paula (2019, 2023), Sales *et al.* (2019), Santos (2020), Silva; Serra (2020), Siqueira (2008), Silva; Neves; Neves (2016) e Wesz Jr. (2015). Estes estudos demonstraram que as políticas de assistência técnica, cursos de capacitação e acesso aos mercados institucionais promoveram a inclusão sócio-produtiva, econômica e política das mulheres assentadas organizadas coletivamente e, conseqüentemente, a permanência de suas famílias no campo, como mostram alguns resultados em seguida.

As pesquisas de Paula (2019, 2023) com a Organização das Mulheres Unidas da Gleba XV de Novembro (OMUS), em Rosana (SP), mostrou que o PNAE e principalmente o PAA permitiram ganhos monetários, materiais e imateriais às mulheres, viabilizando o investimento em seus projetos pessoais, como voltar a estudar e obter a carteira de motorista. A OMUS é um grupo muito atuante, desde a luta pela terra até as conquistas posteriores à criação do assentamento, representando um destaque que desperta o interesse de pesquisadores e pesquisadoras voltados (as) a temas como organizações produtivas rurais, papel da mulher nos movimentos sociais e ordenamento territorial.

Sales *et al.* (2019) apontaram que o PAA, em conjunto com outros programas, contribuiu para a organização da agroindústria Fonte do Sabor, impulsionando a produção e comercialização de polpa de frutas e promovendo a sustentabilidade no Assentamento São João II, na Paraíba. Almeida (2016), Mesquita (2019), Ortuño (2021) e Silva e Serra (2020) argumentam que as políticas públicas, além de proporcionar benefícios econômicos, contribuem para a inclusão política das mulheres, a autonomia financeira, o desenvolvimento de novas habilidades e o reconhecimento do trabalho.

Na pesquisa de Wesz Jr. (2015) sobre o grupo de mulheres Pé-da-Serra, localizado em um assentamento no Mato Grosso do Sul, destaca-se a importância do capital social como um dos ativos fundamentais para a construção de estratégias de vida das participantes. Baseando-se na abordagem de Bebbington (1999), o autor demonstra que o capital social, representado por laços de confiança, reciprocidade e redes de relacionamento, já existia na esfera político-organizacional da comunidade devido aos anos de acampamento e mobilizações para a conquista da terra. Esse ativo foi crucial para a formação do grupo produtivo, pois uniu as mulheres em torno de objetivos comuns.

Santos (2020) ressalta a atuação das mulheres assentadas do Alto Sertão Sergipano (ASS) na produção de bolinhos de batata e de macaxeira, tanto in natura quanto processada, para o PNAE. Essas atividades coletivas de processamento, apoiadas por políticas públicas que ampliam a comercialização de alimentos, têm contribuído para a reprodução social das famílias em meio a tantas adversidades socioambientais e históricas da região. Siqueira (2008) aborda a promoção da transição agroecológica no Assentamento do Vergel, por meio de políticas de assistência técnica e extensão rural, em parceria com a Fundação Mokiti Okada. A autora conclui que essa transição, juntamente com a organização coletiva das mulheres na AMA, resultou em impactos positivos na dinâmica produtiva, nas relações de gênero e na qualidade de vida das famílias do assentamento.

A pesquisa de Novak e Soares (2020) evidenciou como as políticas públicas podem ser instrumentais na transição de atividades produtivas, incentivando um grupo de mulheres assentadas pertencentes à Associação Roseli Nunes, a substituir a produção de carvão vegetal, insalubre e ambientalmente prejudicial, para a panificação, uma alternativa mais sustentável e promissora. Isso foi possível graças à atuação da EMATER, que mobilizou internamente a formação de um grupo de mulheres, auxiliou na estruturação de uma cozinha comunitária e orientou sobre a comercialização de alimentos por meio do PAA. Assim, as ações de assistência técnica combinadas com os mercados institucionais possibilitaram uma nova perspectiva de vida das famílias assentadas, antes dependentes de uma atividade nociva à saúde e ao meio ambiente.

Alguns estudos também apontaram que a combinação de políticas públicas com a atuação da sociedade civil, por meio de assistência técnica ou projetos financiados por fundações e instituições privadas, contribuiu para o sucesso das atividades coletivas femininas, como evidenciado em algumas fontes (CARLINI *et al.*, 2021; ORTUÑO, 2021; WESZ JR., 2015). Essa sinergia de esforços contribuiu para superar desafios relacionados ao acesso a mercados, crédito,

capacitação e infraestrutura, áreas em que as políticas públicas isoladamente se mostram, por vezes, insuficientes.

Por fim, as pesquisas demonstram que, ao garantir o acesso a mercados, orientações técnicas, recursos e oportunidades de capacitação, as políticas públicas, quando integradas, contribuem significativamente para a autonomia econômica, social, produtiva e política das mulheres, além de impulsionar o desenvolvimento local sustentável e a transformação das relações de gênero nos espaços rurais. Ademais, a criação de políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero, assim como a ampliação da participação feminina em programas já existentes representam ações afirmativas fundamentais e necessárias para fortalecer as mulheres agricultoras na busca por autonomia socioeconômica e equidade de gênero.

Categoria 4 - Economia Solidária

A economia solidária se apresenta como um conjunto de práticas organizadas de forma coletiva, que prioriza a solidariedade, autogestão e cooperação, contrapondo-se a alguns aspectos do modelo capitalista, ao considerar valores ambientais e o bem-estar das pessoas, além do retorno econômico. Por meio de circuitos curtos de comercialização, feiras agroecológicas e parcerias com cooperativas, elas conseguem vender seus produtos com preços mais justos e sem a intermediação do agronegócio. Além disso, redes de apoio, como universidades, ONGs e instituições governamentais, oferecem capacitações, assistência técnica e incentivos financeiros que ajudam a fortalecer essas iniciativas produtivas.

Cinco estudos destacaram e analisaram diretamente a economia solidária como uma ferramenta crucial para a transformação social e a geração de renda em organizações produtivas femininas voltadas ao processamento de alimentos para comercialização. Esses estudos foram conduzidos por: Carlini *et al.* (2021); Gadelha (2021), Momo (2013); Ortuño (2021) e Sales *et al.* (2019).

Carlini *et al.* (2021), Momo (2013) e Ortuño (2021) ressaltam que a participação das mulheres em modelos autogestionários permite que elas tenham controle sobre suas atividades produtivas, promovendo a valorização do trabalho feminino, a troca de saberes, a autonomia, o acesso a outras tecnologias e transformações profundas nas relações sociais. A agroindustrialização familiar vinculada à economia solidária, como discutido por Gadelha (2021) e Sales *et al.* (2019), não só contribui para a geração de renda e a agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, como também facilita a inclusão social, a segurança alimentar e o desenvolvimento local.

O enfrentamento ao modelo agrícola dominante e a construção de alternativas de produção e comercialização mais justas e sustentáveis se

dão à medida que as mulheres reconhecem sua importância como agentes de mudança. Porém, segundo Carlini et al. (2021), também é imprescindível implementar políticas públicas que de fato desafiem essa lógica capitalista-patriarcal e ressignifiquem tanto as práticas culinárias quanto os alimentos artesanais produzidos pelas mulheres rurais.

Os mercados institucionais como o PAA e o PNAE são importantes instrumentos que sustentam os pilares da economia solidária e facilitam a articulação entre práticas de consumo e realidades locais, valorizando a cultura alimentar (ORTUÑO, 2021). No entanto, essas políticas ainda enfrentam limitações, como excesso de burocracia, recursos insuficientes e falhas no cumprimento da legislação pelos municípios, especialmente no âmbito do PNAE, que compromete seu alcance e eficácia em atender plenamente o potencial da agricultura familiar.

Esses estudos reforçam que a economia solidária, ao promover a solidariedade, a cooperação e a autogestão, oferece uma alternativa viável ao capitalismo tradicional, permitindo às mulheres não apenas superar a subordinação social e econômica, mas também construir novas formas de vida e participação social.

Categoria 5 - Agroecologia

Uma das definições de agroecologia converge para um amplo movimento social e político, que integra práticas sustentáveis de produção de alimentos, justiça social, segurança alimentar, equidade de gênero, juventude, uso consciente dos recursos naturais e valorização da biodiversidade e dos saberes tradicionais. Fundamentada na busca pelo equilíbrio entre seres humanos e a natureza, a agroecologia adota uma visão holística que desafia os paradigmas impostos pelo modelo agrícola capitalista, buscando promover, antes de tudo, sistemas agroalimentares saudáveis e o bem viver das populações.

Muitos dos grupos produtivos femininos têm adotado práticas agroecológicas na produção de alimentos, buscando maior sustentabilidade e agregação de valor aos produtos. Os estudos que mencionam de forma mais aprofundada a prática da agroecologia no cotidiano de mulheres que processam alimentos para a comercialização, foram conduzidos por: Mesquita (2019); Ortuño (2021); Sales et al. (2019); Silva (2006) e Siqueira (2008).

Os estudos de Mesquita (2019) e Sales et al. (2019) demonstraram que a adoção de práticas agroecológicas na elaboração de alimentos, remédios e polpas de fruta contribuiu para a economia local e a sustentabilidade ambiental. A pesquisa de Siqueira (2008) enfatiza a importância da abordagem da agroecologia nas ações de extensão rural à agricultura familiar, assim como a necessidade de trabalhar o processo gradual de transição agroecológica na perspectiva de encontrar o equilíbrio do agroecossistema, antes de visar

melhorias na renda. Ortuño (2021) e Silva (2006) enfatizam a relação direta entre agroecologia, organização coletiva e empoderamento feminino no contexto rural.

De maneira geral, as pesquisas mostram que as mulheres rurais são os sujeitos principais para a transformação dos sistemas de produção e a segurança alimentar. O cuidado com a terra, com os filhos, com os animais e com os alimentos desenvolveu habilidades que as aproximam naturalmente das práticas agroecológicas, há muito tempo já experienciadas por elas, antes mesmo do termo agroecologia existir. Todos os autores e autoras que se debruçaram sobre a agroecologia entre os documentos analisados, destacam-na como uma abordagem central para o desenvolvimento sustentável, que alia sustentabilidade, justiça social e fortalecimento das comunidades rurais, com destaque para o papel transformador das mulheres.

Essas convergências reforçam a visão de que a agroecologia é uma ferramenta integradora, que se apresenta como um caminho para a construção de sistemas alimentares mais justos, saudáveis e sustentáveis, baseados no respeito à natureza, na valorização dos saberes tradicionais, na promoção da igualdade de gênero e no fortalecimento do vínculo entre produção e consumo responsável.

Síntese e novas compreensões

A Figura 7 apresenta um mapa mental que sintetiza a interpretação dos 23 estudos, indicando os termos de maior relevância, os quais identificam as dinâmicas, os desafios e as estratégias dos grupos produtivos femininos dedicados à atividade coletiva de processamento de alimentos, respondendo resumidamente a pergunta de pesquisa.

Com base nos achados científicos desses estudos, evidencia-se o potencial de transformação social das mulheres assentadas, por meio da atividade coletiva de processamento de alimentos, mostrando como as diversas barreiras enfrentadas por elas impulsionam estratégias coletivas e como essas estratégias geram impactos sociais e econômicos. E, longe de esgotar o tema, mas visando oferecer novas compreensões acerca das discussões sobre os principais elementos que influenciam diretamente a vida dessas mulheres, buscou-se agregar outros possíveis caminhos, que possam somar aos já apresentados de forma consolidada pelos estudos.

Assim, inspirada na simbologia da Deusa Ísis, divindade associada à agricultura, à fertilidade e à sabedoria, propõe-se a formação dos Centros de Inovação Social Itinerante para a Sustentabilidade (Centros ISIS), que se apresenta como uma possibilidade de apoio à autonomia econômica e ao protagonismo das mulheres rurais. Esses centros, que poderiam estar vinculados a um programa específico dentro das ações do Ministério do

Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), operaria de forma itinerante por meio de veículos equipados, oferecendo capacitação técnica, assessoria jurídica para regularização das agroindústrias, experimentação de tecnologias apropriadas e suporte à gestão de empreendimentos solidários. Conjuntamente, a construção de um fundo solidário, com contribuições dos próprios grupos e de parceiros externos, viabilizaria a implementação dessas ações, promovendo um modelo colaborativo de desenvolvimento rural.

Figura 7 - Mapa mental que sintetiza as respostas à pergunta de pesquisa.



Fonte: Elaboração própria (2024).

Assim, inspirada na simbologia da Deusa Ísis, divindade associada à agricultura, à fertilidade e à sabedoria, propõe-se a formação dos Centros de Inovação Social Itinerante para a Sustentabilidade (Centros ISIS), que se apresenta como uma possibilidade de apoio à autonomia econômica e ao protagonismo das mulheres rurais. Esses centros, que poderiam estar vinculados a um programa específico dentro das ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), operaria de forma itinerante por meio de veículos equipados, oferecendo capacitação técnica, assessoria jurídica para regularização das agroindústrias, experimentação de tecnologias apropriadas e suporte à gestão de empreendimentos solidários. Conjuntamente, a construção de um fundo solidário, com contribuições dos próprios grupos e de parceiros externos, viabilizaria a implementação dessas ações, promovendo um modelo colaborativo de desenvolvimento rural.

Da mesma forma, programas de fomento já existentes e direcionados às agroindústrias coletivas, como o Programa Terra Sol, reformulado recentemente pela Portaria Normativa INCRA N° 02/2024, também pode desempenhar um papel estratégico no apoio à agroindustrialização coletiva nos assentamentos rurais, desde que conte com maior abrangência e financiamento consistente.

Embora o Terra Sol não tenha sido abordado diretamente nos estudos analisados e a proposta dos Centros ISIS seja uma contribuição inovadora gerada nesta pesquisa, a presente revisão possibilitou outras interpretações que dialogam com suas lacunas e desafios, sugerindo caminhos complementares que fortaleçam os grupos produtivos e a agroindustrialização nos assentamentos. Ao articular conhecimentos, essa abordagem pode ampliar o impacto positivo da atividade de agroindustrialização de alimentos sobre as organizações produtivas femininas e assim, criar novas oportunidades para as mulheres assentadas e suas famílias.

Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo identificar e interpretar os principais fatores que influenciam as organizações de grupos femininos que processam alimentos em assentamentos da reforma agrária do Brasil, bem como seus efeitos na vida e na autonomia das mulheres agricultoras. Para isso, optou-se por realizar uma revisão sistemática de literatura, classificada como metassíntese.

As 23 fontes analisadas foram categorizadas, a fim de oferecer maior clareza quanto aos principais temas que permearam os trabalhos que envolvem grupos produtivos de agricultoras da reforma agrária, assim como para compreender as dinâmicas, os desafios e as estratégias utilizadas pelos grupos para vencer barreiras e constituírem juntas uma forma de geração de renda. Cinco principais categorias apareceram de forma interconectada, direta ou indiretamente, em todos os estudos: relações de gênero; organização social e produtiva; políticas públicas de desenvolvimento rural; economia solidária e agroecologia.

Os estudos criteriosamente selecionados para esta revisão sistemática de literatura, classificada como metassíntese, demonstraram profunda e complexa relação entre gênero e trabalho no contexto dos assentamentos rurais, caracterizada pela hierarquização, invisibilidade e divisão sexual do trabalho. As mulheres assentadas que se organizam coletivamente para processar alimentos destinados à comercialização, realizam uma longa travessia de dor e enfrentamento em direção à conquista de autonomia e reconhecimento, construindo espaços produtivos e de decisão, tradicionalmente dominados por homens.

Com base na análise desses estudos, é possível identificar padrões que explicam os desafios e estratégias das organizações produtivas femininas

nos assentamentos rurais do Brasil. Diante da revisão sistemática realizada, verificou-se que as principais dinâmicas observadas nos estudos analisados incluem: (1) a organização coletiva como estratégia de fortalecimento da autonomia feminina, (2) o impacto positivo das políticas públicas na inclusão produtiva dessas mulheres, (3) os desafios impostos pelas desigualdades de gênero, e (4) a relevância da economia solidária e agroecologia na sustentabilidade dessas iniciativas.

As desigualdades de gênero, presentes nas histórias e no cotidiano das mulheres pesquisadas, são gradativamente superadas ou pelo menos amenizadas, à medida que elas se organizam produtiva e socialmente, encontrando instrumentos e caminhos que viabilizam renda e autonomia. Além disso, a cooperação entre elas; a capacitação técnica, a valorização de lideranças femininas e a agroindustrialização dos alimentos desempenham papéis fundamentais no contexto dos assentamentos rurais. A troca de experiências e saberes, baseada na vivência coletiva, também contribui para a construção de autonomia e para a ampliação de oportunidades, reforçando a importância de práticas que promovam equidade e justiça de gênero nos espaços rurais.

As fontes estudadas também revelam que as políticas públicas voltadas ao apoio à produção e comercialização de alimentos in natura, beneficiados ou processados abriram as portas para a inclusão produtiva das mulheres assentadas, mesmo que essas políticas ainda disponham de limitações para atender à oferta da agricultura familiar e à demanda dos públicos específicos. Por meio do PAA e PNAE, os grupos produtivos femininos puderam gerar renda, atendendo às demandas governamentais por alimentos às instituições e comunidades tradicionais.

Ao se organizarem produtiva e coletivamente, essas mulheres não apenas conquistam esses mercados, mas também fortalecem suas redes de apoio e ampliam suas capacidades produtivas, especialmente naqueles assentamentos onde já dispunham de recursos, como infraestrutura mínima, cooperativas, organizações sociais estruturadas e instituições de ensino e extensão. Em outras palavras, os mercados institucionais têm impacto social e econômico direto sobre a dinâmica de vida das mulheres assentadas e suas famílias.

Esta revisão demonstra como a atuação das mulheres em diferentes esferas, quando impulsionada por políticas públicas integradas e pela organização coletiva, pode transformar as relações de gênero no campo, promover a autonomia feminina, fortalecer a segurança alimentar e contribuir para a permanência das famílias no campo, além de contribuir diretamente para o desenvolvimento local e regional.

Visto a escassez de trabalhos com esta abordagem e retomando as palavras de Hora (2015), a pesquisa científica voltada às mulheres do campo, das águas e da floresta é fundamental para o aperfeiçoamento das políticas públicas com recorte de gênero, além de possibilitar reflexões sobre a efetividades dessas políticas, seus gargalos e os caminhos possíveis para adequações.

Referências

ALMEIDA, O. A. **A Reforma Agrária sob a ótica de mulheres assentadas**: a história da Gleba XV de Novembro a partir da trajetória da OMUS - Organização das Mulheres Unidas. 2016. 123 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/104>. Acesso em: 5 set. 2024.

ARO, D. T.; FERRANTE, V. L. S. B. Mulheres Assentadas: da Invisibilidade ao Protagonismo. **Retratos de Assentamentos**, v. 16, n. 1, p. 199–226, jan. 2013. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/135>. Acesso em: 1 set. 2024.

BEBBINGTON, A. Capitals and Capabilities: A Framework for Analyzing Peasant Viability, Rural Livelihoods and Poverty. **World Development**, v. 27, n. 12, p. 2021–2044. 1999.

CARLINI, E. R.; FERRANTE, V. L. S. B.; GOMES, T. P. de S.; RIBEIRO, M. L. Entre o Poder e o Saber: Os Alimentos Artesanais e a Resistência de Mulheres Assentadas no Interior de São Paulo. **Revista Feminismos**, v. 9, n. 2, p. 85–108, 2021. DOI <https://doi.org/10.9771/rf.v9i2.42940>. Acesso em: 30 set. 2024.

CRONIN, P.; RYAN, F.; COUGHLAN, M. Undertaking a literature review: a step-by-step approach. **British Journal of Nursing**, v. 17, n. 1, p. 38–43, 2008. DOI 10.12968/bjon.2008.17.1.28059. Acesso em: 31 out. 2023.

CUNHA, A. C.; BRITO, K. O.; ÁVILA, M. C. de; BARCIA, M. T.; SAUTTER, C. K.; BALLUS, C. A. Relato de uma experiência de formação: Mulheres cervejeiras do Pantanal mato-grossense. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 14, n. 2, p. 113–125, 2023. DOI <https://doi.org/10.36661/2358-0399.2023v14n2.12891>. Acesso em: 30 set. 2024.

FARIA, P. M. F.; CAMARGO, D. Metassíntese: revisão sistemática qualitativa na área da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, p. 01–20. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782022270122>. Acesso em: 31 out. 2024.

FARIAS, M.L. O cotidiano dos assentamentos de reforma agrária: entre o vivido e o concebido. In: FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D.C.A. (Org.). **Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008. p. 151–170. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov>.

br/bitstream/123456789/565/1/Reforma%20agr%C3%A1ria%20e%20desenvolvimento.pdf. Acesso em: 18 nov.2024.

FILIPAΚ, A.; ALEIXO, S. S. Economia Feminista e Políticas Públicas para Mulheres Rurais no Brasil. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress**, 2017, Florianópolis. Transformações, Conexões, Deslocamentos (Anais Eletrônicos), p. 01-13. http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499468847_ARQUIVO_FilipakeAleixo.pdf. Acesso em: 09 ago. 2024.

GADELHA, L. B. S. **Estratégias de valoração dos produtos agroindustriais das mulheres rurais do Assentamento Nova Amazônia em Roraima através do registro de marca coletiva**. 2021. 101 p. Dissertação (Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação), Universidade Federal de Roraima, Boa Vista. 2021. Disponível em: <http://repositorio.ufrb.br:8080/jspui/handle/prefix/670> Acesso em: 20 set. 2024.

GALVÃO, M.C.B. E RICARTE, I.L.M. Revisão Sistemática da Literatura: Conceituação, Produção e Publicação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57–73, 2019. DOI: <https://doi.org/10.21728/logcion.2019v6n1.p57-73>. Acesso em: 16 set. 2024.

HORA, K. E. R. Por que apoiar a produção científica com temáticas sobre as mulheres do campo, das águas e das florestas? **Retratos de Assentamentos**, v. 18, n. 1, p. 13–16, 9 jan. 2015. DOI: <https://www.retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/178/163> . Acesso em: 18 set. 2024.

MARQUES, D. V. **Trabalho e educação: o caráter educativo da organização das mulheres do Assentamento Reunidas, Agrovila Campinas em Promissão/SP**. 2019. 85p. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12013> . Acesso em: 30 set. 2024.

MESQUITA, L. A. P. de. **Saberes e fazeres de mulheres assentadas: relações de gênero e os processos de empoderamento no território do Vão do Paraná (GO)**. 2019. 280p. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/12270>. Acesso em: 30 set. 2024.

MOMO, D. C. **Economia solidária e relações de gênero na agricultura familiar: o caso do grupo produtivo mulheres decididas a vencer**. 2013. 101p. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/12221>. Acesso em: 30 set. 2024.

NASCIMENTO, D.; SILVEIRA, J. P.; THOMÉ DA CRUZ, F. O trabalho de mulheres assentadas da reforma agrária no contexto de uma agroindústria familiar. **Retratos de Assentamentos**, v. 25, n. 2, p. 185–208, 2022. DOI <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2022.v25i2.514>. Acesso em: 2 set. 2024.

NOVAK, M. A. L.; SOARES, S. Uma nova perspectiva de desenvolvimento local a partir de uma reestruturação produtiva. **DELOS: Desarrollo Local Sostenible**, v. 13, n. 36, p. 320-336. 2020.

OKOLI, C. Traduzido por: DUARTE, D.W.A.; MATTAR, J. Guia Para Realizar uma Revisão Sistemática de Literatura. **EaD em Foco**, v. 9, n. 1, p. 1 - 40. 2019. Disponível em: <https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/655>. Acesso em: 9 out. 2024.

ORTUÑO, J. H. **Práticas, materialidades e feminismos em devir**: reterritorialização no caso da rede Xique Xique de comercialização solidária. 2021. 238p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/221458>. Acesso em: 30 set. 2024.

PAIXÃO, M. V.; NOGUEIRA, E. E. Aprendizagem e sentido: atividade de panificação de mulheres assentadas. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 20, n.2, p. 1-26, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMGI90053>. Acesso em: 28 set.2024.

PAULA, L.A.C. A organização das mulheres unidas da gleba XV de novembro: Agricultoras brasileiras e desenvolvimento local. **Finisterra**, v.58, n. 123, p. 131-147, ago. 2023. DOI: <https://doi.org/10.18055/Finis32248> . Acesso em: 27 set.2024.

PAULA, L.A.C. Cartografias alternativas: contribuições do programa de aquisição de alimentos materializadas no espaço das assentadas rurais. **Geografia em Atos (Online)**, v. 5, n. 12, p. 111-134, jul. 2019. <https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/6574>. Acesso em 30 set. 2024.

PAULA, L.A.C.; HESPAÑHOL, R. A. M. De bóias-frias e barrageiras à herdeiras da terra: trajetórias e sororidade entre assentadas rurais do interior de São Paulo. **Retratos de Assentamentos**, v. 24, n. 1, p. 158-186, fev. 2021. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/478>. Acesso em: 30 set. 2024.

PERIN, G.; ALMEIDA, A.F.C.; SPÍNOLA, P.A.C.; PELLA, A.F.C; SAMBUICHI, R.H.R. **TD 2691 - A Evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) : Uma Análise da Sua Trajetória de Implementação, Benefícios e Desafios**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2021. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea. 113 p. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10824/1/td_2691.pdf. Acesso em mar. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. **Assembleia Legislativa**. Lei 13.840 de 5 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legiscomp/arquivo.asp?Rotulo=Lei%20n%BA%2013840&idNorma=1146&tipo=pdf>. Acesso em 06/02/2025.

SALES, R. M. M.; CAVALCANTI, M. T.; SILVA, K. J. de M.; SILVA, P. de J. Agroindústria Familiar, ODS's e Desenvolvimento Alternativo: um estudo sobre a Fonte do Sabor do

Semiárido Paraibano/Brasil. **Redes**, v. 24, n. 3, p. 142–162, set. 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/14122>. Acesso em: 1 jun. 2024.

SANTOS, F. F. **Luta, resistência e organização camponesa no alto sertão sergipano: contradições, tensões e dinâmica territorial do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. 2020. 353p. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/23450?locale=en>. Acesso em: 30 set.2024.

SEVERO, M. J. T. S. **Mulheres assentadas e cooperadas (re)construindo caminhos: trajetórias de vida e experiências de empoderamento**. 2010. 248p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/339>. Acesso em: 16 out. 2024.

SIDDAWAY, A. P.; WOOD, A. M.; HEDGES, L. V. How to Do a Systematic Review: A Best Practice Guide for Conducting and Reporting Narrative Reviews, Meta-Analyses, and Meta-Syntheses. **Annual Review of Psychology**, v. 70, n. 1, p. 747–770, jan. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-010418-102803>. Acesso em: 1 nov. 2024.

SILVA, M. M. da. **UMA FONTE DE ÁGUA VIVA: A participação das mulheres no assentamento Arizona São Miguel do Gostoso-RN**. 2006. 109p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/13571>. Acesso em: 30 set. 2024.

SILVA, F.V.; SERRA, E. Participação e Protagonismo Feminino nos Programas de Fomento à Agricultura Familiar no Interior Paulista. **Geo UERJ**, n. 37, p. 1-15, ago. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/34267>. Acesso em: 30 set. 2024.

SILVA, M. de A.; NEVES, R. J.; NEVES, S. M. A. da S. Possibilidades de incorporação do processamento do cumbaru do assentamento Facão, Furna São José, na cadeia produtiva do turismo rural: estudo de caso na fronteira Brasil/Bolívia. **Interações (Campo Grande)**, v. 17, n. 4, p. 591–605, 2016. DOI: [http://dx.doi.org/10.20435/1984-042X-2016-v.17-n.4\(04\)](http://dx.doi.org/10.20435/1984-042X-2016-v.17-n.4(04)). Acesso em: 25 set.2024.

SIQUEIRA, A. P. P. de. **Impactos sobre a dinâmica produtiva e as relações de gênero na transição agroecológica de um grupo de mulheres assentadas**. 2008. 217p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/430957>. Acesso em: 30 set. 2024.

STRATE, M. F. D.; CONTERATO, M. A. Práticas de agroindustrialização e arranjos produtivos locais como estratégia de diversificar e fortalecer a agricultura familiar no

Morais Oliveira *et al.*

Rio Grande do Sul. **Redes**, v. 24, n. 1, p. 227–245, jan. 2019. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v24i1.13052> . Acesso em: 9 jan. 2025.

WESZ JUNIOR. Estratégias de desenvolvimento e a expansão das capacidades em um grupo produtivo de mulheres rurais assentadas. **Interações (Campo Grande)**, v. 16, p. 395–406, dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/151870122015214>. Acesso em: 30 set. 2024.